



<b>Bolsas</b> Na sexta-feira	<b>Pontuação B3</b> Ibovespa nos últimos dias	<b>Dólar</b> Na sexta-feira	<b>Salário mínimo</b> R\$ 1.518	<b>Euro</b> Comercial, venda na sexta-feira	<b>CDI</b> Ao ano	<b>CDB</b> Prefixado 30 dias (ao ano)	<b>Inflação</b> IPCA do IBGE (em %)
0,1% São Paulo	136.786	R\$ 5,569 (-0,26%)	Últimos	R\$ 6,347	14,65%	14,76%	Dezembro/2024 0,52 Janeiro/2025 0,16 Fevereiro/2025 1,31 Março/2025 0,56 Abril/2025 0,43
1,05% Nova York	2/6 3/6 4/6 5/6						

## CONTAS PÚBLICAS

Equipe econômica tenta definir nesta semana uma saída para o aumento do imposto que provocou forte reação de parlamentares. Segundo fontes, clima de reunião com Motta e líderes, ontem, foi tenso

# Governo tenta ganhar fôlego em meio a impasse do IOF

» ISRAEL MEDEIROS  
» FRANCISCO ARTUR DE LIMA

Os ministros Fernando Haddad (Fazenda) e Gleisi Hoffmann (Relações Institucionais) se reuniram na noite de ontem com líderes partidários do Congresso e com os presidentes da Câmara, Hugo Motta (Republicanos-PB), e do Senado, Davi Alcolumbre (União Brasil-AP). O encontro ocorreu em meio às pressões do Congresso contra o aumento de alíquotas do Imposto sobre Operações Financeiras (IOF), que deve ser derrubado pelo Legislativo.

A forte reação dos parlamentares e do setor produtivo forçou a equipe econômica do governo a procurar alternativas para compensar a frustração da arrecadação com a alta da alíquota, que estava prevista em cerca de R\$ 20 bilhões. A possibilidade de novos contingenciamentos ou bloqueios para fechar as contas deste ano, como o de R\$ 31,3 bilhões anunciado em maio, está aberta. O que os líderes do Congresso não querem é que o governo aumente impostos para bancar sua agenda expansionista em um momento em que a popularidade está em queda.

A reunião começou por volta das 18h e, não terminou até o fechamento desta edição. Isso demonstra que o clima das conversas não foi de consenso, apesar das falas de Haddad e de Motta na última semana terem indicado um aparente alinhamento em prol da reforma administrativa e do fim de diversos incentivos tributários.

O **Correio** apurou que o clima da reunião não foi bom, de acordo com fontes consultadas pela reportagem. Durante a conversa, Haddad apresentou uma ideia que mantinha o decreto que aumentou a alíquota do IOF, mas colocava como prioridade a aprovação do corte de supersalários. Essa solução, porém, seria insuficiente.

Antes da reunião, na tarde de ontem, Gleisi destacou a importância do encontro para manter o diálogo com os líderes do Legislativo para definir ajustes que manterão o equilíbrio fiscal. “Estamos dialogando com os líderes do Congresso, com os presidentes Hugo Motta e Davi Alcolumbre, para fazer alguns ajustes para manter o equilíbrio fiscal”, escreveu, em seu perfil no X.

Na publicação, ela também criticou o que classificou como especuladores ou

Gil Ferreira/SRI



Haddad e Gleisi encontraram-se com Motta, neste domingo. Presidente da Câmara ameaça pautar derrubada do decreto amanhã



**Estamos dialogando com os líderes do Congresso, com os presidentes Hugo Motta e Davi Alcolumbre, para fazer alguns ajustes para manter o equilíbrio fiscal. O compromisso do presidente Lula é manter o país na rota do desenvolvimento”**

**Gleisi Hoffmann**, ministra da Secretaria de Relações Institucionais da Presidência (SRI)

peçoas que “torcem contra” o país. Segundo a ministra, “o compromisso” do presidente é manter o país na rota do desenvolvimento. “Enquanto alguns especulam e outros torcem contra o país, Lula trabalha com seriedade e confiança por um Brasil melhor.”

A expectativa é de que a derrubada do IOF avance ainda nesta semana. Segundo o presidente Hugo Motta, há possibilidade de pautar já amanhã um Projeto de Decreto Legislativo (PDL) para revogar esse decreto.

Em um evento no sábado, Hugo

Motta adiantou algumas das prioridades da Câmara. Fez uma defesa enfática da reforma administrativa — cuja comissão especial terá a primeira audiência pública também amanhã — e do fim de isenções fiscais cuja eficácia, segundo ele, não tem sido medida de forma transparente.

Da parte do Executivo, há ainda uma série de medidas que ficaram para trás no pacote de corte de gastos, apresentada em novembro. Um deles é o fim dos supersalários, que deve esbarrar no forte lobby do Judiciário. Outro é o projeto

que altera a aposentadoria de militares, que não tem previsão para avançar e também conta com os esforços de construção da categoria. A pouco mais de um ano e com o apoio eleitoral de diversos setores em jogo, não há solução simples e nem o Congresso nem o Executivo querem prejudicar seus aliados.

## PL ausente

O PL, que detém a maior bancada da Câmara dos Deputados com 89 parlamentares, não teve representantes na reunião entre membros do governo e líderes da Casa.

Segundo o líder do partido, Sóstenes Cavalcante (RJ), o presidente da Câmara, Hugo Motta (Republicanos -PB), convidou apenas líderes de siglas que integram a base do governo. Sóstenes já disse que o partido é contrário a qualquer tipo de aumento de imposto. “Nós não somos governo, nós somos oposição. Nós somos contra todo e qualquer tipo de aumento de imposto”, afirmou. (**Colaborou Rosana Hessel**)

## MERCOSUL

# Lula: “É possível assinar acordo com a UE até fim do ano”

O presidente Luiz Inácio Lula da Silva usou sua visita a Mônaco, ontem, para reforçar a principal bandeira da agenda internacional do Planalto: a defesa do acordo comercial entre o Mercosul e a União Europeia. “Como enfatizei em minha recente visita de Estado à França, é essencial fazer um esforço de esclarecimento sobre a total compatibilidade desse acordo com os interesses das duas partes do ponto de vista ambiental, comercial e estratégico”, afirmou.

Ainda na cidade de Mônaco, o petista almoçou com o presidente do Conselho Europeu, o português António Costa. Segundo Lula, seu governo buscará esclarecer as “convergências” entre a agricultura brasileira e a europeia. Esses pontos em comum, na avaliação dele, resolveriam os impasses para a assinatura do acordo entre os blocos. O principal impasse, de acordo com o presidente da França, Emmanuel Macron, é a ideia de que uma flexibilização às exportações brasileiras prejudicaria produtores rurais franceses. Isso porque, ainda segundo o líder francês, países da América do Sul têm regulamentação diferente das nações da UE.

“Como vou explicar aos agricultores que exijo que respeitem as normas, mas abro o mercado para produtos que não as respeitam?”, indagou. Segundo ele, o texto atual do acordo abre margem para haver uma importação desenfreada — de produtos do Mercosul — e deixaria os agricultores sem mercado.

## Meio ambiente

Lula também participou, ontem, do Fórum de Economia e Finanças Azuis. No evento, ele criticou o que classificou como “falta de compromisso” dos países ricos diante da crise climática global. “Não falta dinheiro, falta disposição e compromisso político para financiar”, pontuou.

O chefe do Executivo ainda destacou que, no ano passado, os países desenvolvidos reduziram em 7% a assistência oficial ao desenvolvimento, enquanto as despesas militares aumentaram 9,4%. Para o presidente, o planeta “não aguenta mais promessas não cumpridas”.

Na agenda de hoje, Lula participará da Conferência das Nações Unidas sobre os Oceanos, em Nice. Após o evento, embarca para Lyon, onde terá encontro na sede da Interpol. À tarde, a comitiva deve retornar a Brasília. (**FAL**)



**SERGIO ABRANCHES**

**A QUEDA PERSISTENTE DA POPULARIDADE DE LULA ALIMENTA A BUSCA DE ALTERNATIVAS E REDUZ SEU APOIO. ESTE QUADRO NÃO É BOM PARA UM MINISTRO QUE AINDA ACREDITA NA POSSIBILIDADE POLÍTICA DE APROVAR UM PROJETO DE MUDANÇAS MAIS DURÁVEIS NAS PRINCIPAIS FONTES DE GASTO, PRESERVANDO A PRIORIDADE AOS POBRES E A REDUÇÃO DAS DESIGUALDADES**

## Haddad isolado tenta última cartada

O presidente da Câmara deu um ultimato ao ministro da Fazenda, Fernando Haddad, para que oferecesse em 10 dias alternativa ao decreto que aumentou o IOF, caso contrário o Congresso anularia o decreto. É uma anomalia que se soma às disfunções recentes do presidencialismo de coalizão. Haddad não tinha saída. Está isolado no governo, como também as ministras Marina Silva e Simone Tebet. A maior parte de seus colegas de ministério se opõe ao marco fiscal e à política ambiental. No caso, todos querem gastar mais. Uma oposição ancorada pelo ministro-chefe da Casa Civil. O presidente Lula não arbitra em favor de Haddad, exceto em situações limites como esta. Se Lula não fecha posição em torno do ministro da Fazenda, ele não tem força para negociar com um Congresso com ampla camada hostil ao governo.

Com o ministro da Fazenda no

corner, recebendo fogo amigo e da oposição, o presidente convocou uma reunião com os chefes do Legislativo, lideranças do governo, a ministra Gleisi Hoffmann e os dois ministros em polos opostos, Haddad e Rui Costa. O ministro da Fazenda se disse conforçado porque os dois chefes do Legislativo propuseram trocar o decreto do IOF, uma medida conjuntural, por um projeto de “reformas estruturais”. O presidente da Câmara, Hugo Motta, falou em “projetos estruturantes”, um torturante band-aid na linguagem política usado como disfarce para as verdadeiras intenções. Davi Alcolumbre, presidente do Senado, falou em “projeto para o Brasil”, uma espécie de jamanta da linguagem política que pode carregar de tudo.

As opções que o Congresso quer oferecer não são estruturais, nem estruturantes, nem alavancam um projeto nacional. Elas misturam algu-

ma insensatez a um tanto de esperteza fiscal. Propõem usar dividendos das estatais para substituir o IOF e taxar as bets e as criptomoedas. Antecipar dividendos é medida tão conjuntural quanto o aumento do IOF e também arbitrária. Antes de aumentar a taxa sobre as bets, seria aconselhável regularização mais rigorosa que busque evitar distorções comportamentais visíveis na sociedade. Taxá-las mais nada garante, porque muitas delas conseguem escapar dos impostos. Taxar criptos é perfumaria. Quem propõe desconhece a natureza fugidia dessas moedas virtuais. Não por acaso as preferidas pelo crime. Se algo sair do Congresso, há real probabilidade de que seja uma troca de medida conjuntural por outras igualmente conjunturais que não afetem os grupos de interesses a que os parlamentares servem.

O IOF é má ideia para alcançar a meta fiscal. É um imposto regulatório,

cujo uso inadequado espalha distorções por toda a economia. É verdade que o ministro da Fazenda não tem muita margem de manobra e precisará atravessar por um caminho estreito entre os vetos do presidente Lula e as resistências estacionadas na Casa Civil, a caminho de um Congresso onde seu governo é minoritário.

A composição do Congresso é muito pouco amigável a soluções estruturais ou a eliminar despesas permanentes. Há uma via progressista para a responsabilidade fiscal. Uma regra compatível com políticas que dão prioridade aos pobres e buscam reduzir desigualdades é a de que se financia despesa fixa com receita fixa. Não se recorre a soluções pontuais. Para seguir essa regra é preciso subordinar todo o gasto, inclusive as renúncias fiscais, à prioridade social do governo. Mas, a maioria parlamentar não aceita reduzir os subsídios dos ricos. Os ricos são mais importantes para eles do que os eleitores pobres.

Alguns analistas atribuem os pro-

blemas e impasses a falhas de gestão da coalizão por Lula. Mas, que coalizão? Não há espaço entre as bancadas para uma coalizão majoritária estável. Os partidos que restaram, após a miniaturização do MDB e desaparecimento do PSDB e do PFL/Dem, são dominados pelo Centrão e, no todo ou em parte, hostis ao governo. A maioria inflou na onda Bolsonaro, que furou na eleição presidencial mas se manteve nas legislativas. Parte dela quer um candidato da chamada direita, que não seja um Bolsonaro.

A queda persistente da popularidade de Lula alimenta a busca de alternativas e reduz seu apoio. Este quadro não é bom para um ministro que ainda acredita na possibilidade política de aprovar um projeto de mudanças mais duráveis nas principais fontes de gasto, preservando a prioridade aos pobres e a redução das desigualdades. A medida de última instância aumentando o IOF fere essa prioridade e revela a estreiteza das possibilidades para continuar mirando o teto fiscal.